

## Caderno de Provas

**CPL P 02 - NS**

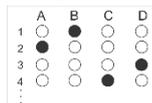
**PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Edital Nº. 001/2019 – PREFEITURA  
MUNICIPAL DE LAJES/RN**

**14 de abril de 2019**

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Questões de Lógica (Objetivas)	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	15 questões	60 pontos
<b>Total de questões</b>	<b>30 questões</b>	<b>100 pontos</b>

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR**

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

## Trabalho escravo: uma realidade persistente

Luciano Frota

Em memória dos três auditores-fiscais assassinados em 28 de janeiro de 2004, devido a inspeções para apurar denúncias de trabalho escravo em fazendas da região de Unaí (MG), o Brasil consagrou a data como “Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”.

O nosso país carrega na sua história a mancha indelével de um longo passado de escravidão legalizada, cuja abolição formal, ocorrida em 1888, não foi suficiente para romper os grilhões da indignidade, da indiferença e da marginalidade social. Mais de cem anos se passaram e ainda estamos lutando para livrar do cativeiro mulheres e homens trabalhadores que são explorados, à luz do dia, pelos senhores de “engenho” do século 21.

Mesmo sendo signatário das Convenções 29 e 105 da OIT, somente em 1995 o país acordou para o problema, forçado por pressões sociais e por denúncia formulada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em razão da morte de um trabalhador rural e de outro ferido ao tentarem fugir da Fazenda Espírito Santo, no Pará, onde 60 pessoas foram flagradas submetidas a trabalhos forçados e em condições desumanas (Caso 11.289).

É certo que a partir daí muitos avanços foram alcançados, sobretudo em razão de providências efetivas que passaram a ser adotadas pelos Ministérios do Trabalho e dos Direitos Humanos, bem como pelos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, que, em parceria com diversas outras instituições, formaram uma corrente de combate a essa chaga de indignidade, instituindo, dentre outras medidas, os chamados Grupos Móveis de Fiscalização.

No período de 1995 a 2018, mais de 2.000 operações de fiscalização foram realizadas, e cerca 53 mil trabalhadores foram resgatados da condição de escravo. Ainda que retratem apenas uma amostragem do cenário de desumanidade que ainda persiste nos campos e cidades do país, são números que impressionam e reforçam a necessidade de se prosseguir com as ações de combate.

Na seara legislativa, o grande marco histórico na luta pela erradicação dessa chaga social foi a alteração trazida pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal, que atualizou o conceito de escravidão contemporânea, não mais limitando-o à privação da liberdade de locomoção, mas estendendo a sua tipificação para casos de aviltamento explícito da dignidade humana, em que trabalhadores são expostos a condições degradantes de trabalho, com jornadas exaustivas ou mesmo forçados por dívidas com o patrão.

Importante ressaltar que o Brasil, além dos compromissos internacionais, tem uma Constituição pactuada sob os pilares do respeito à dignidade da pessoa humana e ao trabalho como valor social. É dever do Estado não se omitir quanto ao combate a todas formas de trabalho indigno, em especial àquele tipificado como análogo à condição de escravo. E o dia 28 de janeiro deve servir exatamente para alertar as autoridades públicas do país que a escalada do trabalho escravo persiste, resistente, matando e mutilando seres humanos, segregando sonhos e coisificando pessoas.

A liberdade é direito inalienável do ser humano; não há liberdade sem garantia de dignidade; não há dignidade sem justiça social; e sem liberdade, sem dignidade e sem justiça social não há democracia.

*Disponível em: <[www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br)>. Acesso em: 11 fev. 2019*

01. O texto, de forma preponderante,

- A) apresenta um posicionamento acerca de como a sociedade brasileira tem lidado com o trabalho escravo.
- B) história toda a trajetória de luta da sociedade brasileira em busca de mecanismos para combater o trabalho escravo.
- C) enumera acontecimentos cruciais para a erradicação das condições de trabalho escravagista da sociedade brasileira.
- D) descreve os avanços em relação ao combate e à erradicação das condições de trabalho escravagista na sociedade brasileira.

02. Ao desenvolver o tema do texto, o autor opta por

- A) ser categórico na constatação da ineficiência das medidas de combate ao trabalho escravo no Brasil.
- B) ratificar, sem concessões, a ineficácia das medidas de combate ao trabalho escravo adotadas no Brasil.
- C) desqualificar, sem ressalvas, a eficácia das medidas de combate ao trabalho escravo adotadas no Brasil.
- D) fazer ponderações pontuais em relação à eficácia das medidas de combate ao trabalho escravo no Brasil.

03. Considere o trecho:

O nosso país carrega na sua história a mancha **indelével** de um longo passado de escravidão legalizada [...]

O uso da palavra em destaque expressa que o passado de escravidão, no Brasil, é algo

- A) imperceptível aos olhos da maioria.
- B) impossível de ser apagado da nossa memória.
- C) impossível de ser compreendido.
- D) inexplicável para as gerações mais jovens.

04. Considere os trechos:

(1) **Mesmo** sendo signatário das Convenções 29 e 105 da OIT, somente em 1995 o país acordou para o problema [...]

(2) **Ainda que** retratem apenas uma amostragem do cenário de desumanidade que ainda persiste nos campos e cidades do país, são números que impressionam e reforçam a necessidade de se prosseguir com as ações de combate.

Sobre os elementos linguísticos em destaque, é correto afirmar que

- A) ambos estabelecem relação sintático-semântica de condição entre orações e, nesse caso, podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **caso**.
- B) em (1) esse elemento estabelece relação sintático-semântica de concessão entre parágrafos e, nesse caso, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **embora**.
- C) em (2) esse elemento estabelece relação sintático-semântica de condição entre períodos e, nesse caso, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **desde que**.
- D) ambos estabelecem relação sintático-semântica de concessão entre orações e, nesse caso, podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **apesar de**.

05. Considere o trecho:

[...] forçado por pressões sociais e por denúncia formulada **perante a** Corte Interamericana de Direitos Humanos [...]

Sobre as palavras em destaque, nesse contexto de uso, é correto classificar que:

- A) a primeira é preposição, e a segunda, artigo.
- B) a primeira é conjunção, e a segunda, artigo.
- C) ambas são preposições.
- D) ambas são conjunções.

06. Considere o período:

No período de 1995 a 2018, mais de 2.000 operações de fiscalização foram realizadas, e cerca 53 mil trabalhadores foram resgatados da condição de escravo.

Sobre as vírgulas presentes nesse trecho, verifica-se que

- A) a primeira marca um bloco de informação deslocado, com valor adjetivo, e a segunda separa orações com o mesmo sujeito.
- B) a primeira marca um bloco de informação com valor de aposto, e a segunda separa orações com o mesmo sujeito.
- C) a primeira marca um bloco de informação deslocado, com valor adverbial, e a segunda separa orações com sujeitos distintos.
- D) a primeira marca um bloco de informação com valor predicativo, e a segunda separa orações com sujeitos distintos.

07. Sobre o segundo e o terceiro parágrafos, é correto afirmar:

- A) O segundo não apresenta ideia central explícita.
- B) O terceiro faz contraposição à ideia central do segundo.
- C) O terceiro tão somente desenvolve a ideia central explícita no segundo.
- D) O segundo tão somente exemplifica o que vai ser afirmado no terceiro.

08. No texto, identifica-se a recorrência a

- A) outros discursos, com o objetivo de reforçar o discurso do autor.
- B) citações diretas, demarcadas pelo uso restrito das aspas.
- C) outros discursos, com o objetivo de refutar o discurso citado.
- D) citações indiretas, demarcadas pelo uso restrito das aspas.

09. O texto apresenta características que o aproximam do gênero

- A) notícia.
- B) artigo de opinião.
- C) reportagem.
- D) relato.

10. Considere o fragmento:

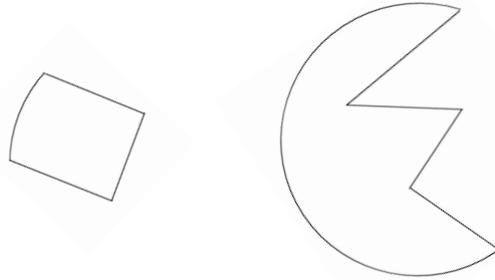
Na seara legislativa, o grande marco histórico na luta pela erradicação dessa chaga social foi a alteração trazida pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal, **que atualizou o conceito de escravidão contemporânea, [...]**

O trecho em destaque é uma oração

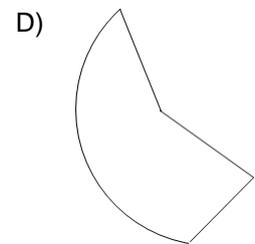
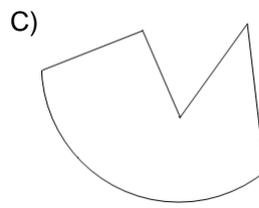
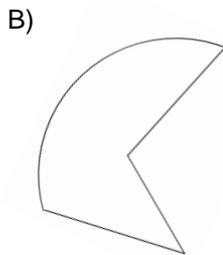
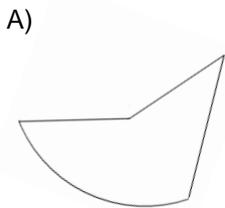
- A) subordinada com valor de substantivo.
- B) coordenada com valor explicativo.
- C) coordenada com valor restritivo.
- D) subordinada com valor de adjetivo.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÓGICA

11. Um círculo de papel cartão com uma face branca e outra preta, foi cortado em três partes distintas. Duas dessas partes estão apresentadas a seguir:



A terceira parte que, junto com as duas anteriores, forma perfeitamente o círculo, é:



12. Considere o conjunto de doze objetos apresentados a seguir



Selecionando-se aleatoriamente, três objetos desse conjunto, a probabilidade de eles serem colineares (pertencerem a uma mesma reta) é de

A)  $\frac{1}{12}$

B)  $\frac{1}{16}$

C)  $\frac{1}{11}$

D)  $\frac{1}{8}$

13. Dada a sentença “Se visito Lajes, então sou feliz”, sua negação é

- A) Não visito Lajes e sou feliz.
- B) Visito Lajes e não sou feliz.
- C) Se não visito Lajes, então não sou feliz.
- D) Se não sou feliz, então não visito Lajes.

14. Considerando as 26 letras de nosso alfabeto, na sequência de letras

**D J E L H P M V ?**

o ponto de interrogação representa a letra

- A) T.
- B) R.
- C) S.
- D) U.

15. André é engenheiro, então Luciano não é comerciante. Ou Luciano é comerciante, ou Erick é veterinário. Se José não é advogado, então André é engenheiro. Ora, nem Erick é veterinário nem Cintia é médica. Logo:

- A) José não é advogado e Luciano é comerciante.
- B) Erick é veterinário ou André é engenheiro.
- C) Se Luciano é comerciante, André é engenheiro.
- D) José é advogado e Luciano é comerciante.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA - PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL SUPERIOR**

16. A educação especial se organizou tradicionalmente como Atendimento Educacional Especializado, substitutivo ao ensino comum. Na contemporaneidade, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, orienta os sistemas de ensino para:
- A) ampliar o atendimento educacional em classes especiais, em função das condições específicas do público e em respeito a dificuldades de integração nas classes comuns de ensino regular.
  - B) definir tratamento especial para os alunos com deficiências e os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula, reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.
  - C) garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes, em classes comuns, bem como os serviços da educação especial, nas escolas regulares, de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades.
  - D) aprovar diretrizes e normas para a difusão do conhecimento da existência de classes especiais, denominadas de Atendimento Educacional Especializado, visando a melhores condições de aprendizagem para estudantes com deficiência.
17. Em 1994, a Declaração de Salamanca proclamou que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador:
- A) as escolas devem acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.
  - B) a educação especial integra a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais apenas de alunos com deficiências.
  - C) as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, sendo substitutivas à escolarização.
  - D) as instituições de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços e os recursos pedagógicos, promovendo a aprendizagem e a valorização das diferenças.
18. As Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (Resolução CNE/CEB nº 04, de 02 de outubro de 2009), dispõem sobre o currículo e a questão da funcionalidade, referindo-se que tanto o currículo quanto a avaliação devem ser funcionais. Tais Diretrizes buscam meios úteis e práticos para
- A) elaborar um currículo comum para todos os alunos, podendo ser adequado ao contexto social e cultural de cada escola e às necessidades diferentes de seus alunos, visando à inclusão social.
  - B) favorecer o desenvolvimento das competências sociais, o acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade e à inclusão dos alunos na sociedade.
  - C) ressaltar os princípios e os objetivos da inclusão, a organização e o funcionamento dos sistemas de ensino e captar os recursos financeiros necessários à operacionalização de todas as atividades inclusivas.
  - D) atender aos estudantes de forma individualizada, minimizando as possíveis barreiras e dificuldades surgidas no processo ensino-aprendizagem daqueles que recorrem aos serviços especializados ofertados pelos órgãos públicos.

19. A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seu Art. 3º, elenca várias barreiras que podem impedir as pessoas com deficiência a exercerem plenamente a cidadania. A lei define como barreiras atitudinais
- A) quaisquer entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitam ou impedem a participação social da pessoa, bem como o gozo de seus direitos à acessibilidade.
  - B) atitudes ou comportamentos que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias ou impossibilitam a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações.
  - C) atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
  - D) quaisquer produtos ou equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias ou serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência.
20. Conforme as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 04, de 02 de outubro de 2009 – Diretrizes), considera-se Atendimento Educacional Especializado – AEE aquele atendimento que
- A) complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e à independência na escola e fora dela.
  - B) é oferecido aos estudantes com matrícula na classe comum da rede pública ou instituição filantrópica, sem fins lucrativos.
  - C) se constitui como facilitador do acesso a recursos, serviços e equipamentos que contribuem para a realização de atividades escolares
  - D) cumpre as normativas estabelecidas pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino, quanto a sua autorização de funcionamento.
21. Dentre as várias atribuições do professor de Atendimento Educacional Especializado, consta a promoção de atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros. Para atuação no Atendimento Educacional Especializado, exige-se do profissional a
- A) formação inicial que o habilite para o exercício da docência e a formação específica na educação especial, inicial ou continuada.
  - B) formação inicial em Pedagogia e habilitação lato sensu em áreas do comportamento, tais como Psicologia ou Psicopedagogia.
  - C) formação inicial que o habilite para o exercício da docência e a articulação com as famílias e com os serviços de assistência social.
  - D) formação inicial em Pedagogia e integração com associações de bairro ou outras agremiações representativas.
22. O Atendimento Educacional Especializado decorre de uma nova visão da Educação Especial, sustentada legalmente, e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos estudantes com deficiência. Esse atendimento existe para que os estudantes possam
- A) depender de suportes externos ao sujeito, diante da aprendizagem para o acesso e a apropriação ativa do próprio saber.
  - B) retirar informações do objeto de conhecimento e construir conceitos, progressivamente.
  - C) trabalhar a abstração por meio da projeção das ações práticas por meio da construção de conhecimento.
  - D) aprender o que é diferente do currículo do ensino comum e o que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

23. Na escola comum, o estudante constrói um conhecimento necessário e exigido socialmente e que depende de uma aprovação e reconhecimento da aquisição desse conhecimento por um outro, seja ele o professor, os pais, as autoridades escolares, os exames ou as avaliações institucionais. No Atendimento Educacional Especializado, o estudante
- A) realiza atividades que têm como objetivo adaptar o ensino escolar especial ao desenvolvimento dos conteúdos acadêmicos, para que esse possa ser reconhecido pela instituição escolar, pelos professores e pelas autoridades escolares.
  - B) determina metas a serem atingidas em uma determinada série, ou ciclo, ou mesmo etapas de níveis de ensino ou de desenvolvimento, relativas as suas conquistas diante do desafio da construção do conhecimento.
  - C) constrói o conhecimento para si mesmo, não depende de uma avaliação externa, calcada na evolução do conhecimento acadêmico, mas de novos parâmetros relativos as suas conquistas diante do desafio da construção do conhecimento.
  - D) necessita de orientação permanente para execução das atividades acadêmicas, internalização dos conhecimentos e aprovação desses conhecimentos nas avaliações da aprendizagem e institucionais.
24. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Art. 208, estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino”. Nesse contexto, esse atendimento implica
- A) a necessidade de formação em educação especial para todos os professores, independentemente da disciplina ministrada.
  - B) a eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência têm para se relacionarem com o meio externo.
  - C) a disponibilidade de profissionais especializados aptos a atuarem em todos os níveis e modalidades de ensino.
  - D) a ressignificação da Educação Especial, pois é aquele que complementa, mas não substitui o que é ensinado em sala de aula.
25. Avaliar pressupõe conhecer o que está subjacente aos desempenhos observados, verificando-se quais procedimentos e habilidades de pensar são adotados. Avaliar a aprendizagem de um estudante com deficiência intelectual requer ponderações, tais como
- A) analisar os avanços que o estudante demonstrou ao longo do período avaliado, seja de forma autônoma ou com auxílio de docentes ou colegas de sala.
  - B) entender que a avaliação deve ser realizada por profissional especializado, para que o estudante se sinta parte do contexto escolar.
  - C) reconhecer apenas os avanços alcançados de forma autônoma pelo estudante, mensurando o conhecimento construído.
  - D) observar que tal avaliação se destina a inferir se o estudante se sente parte do contexto escolar, embora se verifique também sua aprendizagem.

26. A inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluem certas pessoas do seu seio e mantem afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e das suas origens na diversidade humana. Nessa perspectiva, é correto afirmar que, para incluir todas as pessoas
- A) os sujeitos devem ser inseridos nas instituições educacionais e essas devem proporcionar educação igual para todos.
  - B) a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros.
  - C) o poder público, por meio de políticas sociais, deve se responsabilizar pela inserção de todas as pessoas com deficiência nas instituições educacionais.
  - D) as instituições de ensino devem acolher todas as pessoas, proporcionando-lhes o mesmo atendimento, independentemente de sua origem.
27. A Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 1988, define o Atendimento Educacional Especializado – AEE como modalidade não substitutiva da escolaridade comum. A concepção de educação inclusiva busca
- A) separar as etapas e as modalidades de ensino da Educação Especial, bem como possibilitar o atendimento especializado em outros espaços tais como clínicas e hospitais.
  - B) orientar as equipes gestora e pedagógica das escolas, bem como as famílias, a procurarem atendimento educacional especializado junto ao poder público, para estudantes com deficiência.
  - C) superar a visão do caráter substitutivo da Educação Especial ao ensino comum, bem como a organização de espaços educacionais separados para estudantes com deficiência.
  - D) buscar apoio técnico e financeiro para o atendimento educacional especializado junto ao poder público, bem como trazer orientações relativas às condições de acessibilidade dos estudantes.
28. O Decreto nº 6571/2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei nº 9394/1996. Conforme o parágrafo 1º do Art. 1º do referido Decreto, considera-se AEE
- A) o conjunto de todos os recursos de tecnologia assistiva dos quais a escola dispõe, juntamente com os professores que sabem utilizá-los e que são colocados à disposição dos alunos no ensino regular.
  - B) o conjunto de todas as orientações teórico metodológicas contidas no Projeto Político Pedagógico da escola acrescido dos recursos de tecnologia assistiva disponibilizados para os alunos no ensino regular.
  - C) o conjunto de todas as atividades complementares realizadas no turno inverso ao da matrícula do aluno que tenham por objetivo a internalização dos conhecimentos construídos no ensino regular.
  - D) o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, voltados, de forma complementar ou suplementar, à formação dos alunos no ensino regular.

29. A Meta 4 do Plano Nacional de Educação (2014 - 2024) propõe universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Para tanto, deve-se assegurar, ao longo deste PNE,
- A) a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.
  - B) a implementação de escolas urbanas, do campo, indígenas ou quilombolas para alfabetizar todas as crianças, independentemente de apresentarem deficiência ou não até o final do terceiro ano do ensino fundamental.
  - C) a ampliação das capacidades de produção e de compreensão de textos orais, em situações familiares e não familiares, e a amplificação do seu universo de referências culturais nas diferentes áreas do conhecimento.
  - D) a estruturação de processos pedagógicos, que em articulação com estratégias a serem desenvolvidas pelo poder público, qualifiquem os professores e toda a equipe de apoio das escolas para atuação junto a esse público.
30. A Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece, em seu Art. 4: “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. O parágrafo primeiro desse artigo define discriminação, em razão da deficiência, como
- A) toda forma de distinção, restrição ou exclusão às pessoas com dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições físicas, disfunções, limitações, deficiência e carências e também aquelas vinculadas a causas não orgânicas específicas, tais como as dificuldades cognitivas, psíquicas, psicomotoras e de comportamento.
  - B) toda forma de distinção, restrição ou exclusão praticada contra pessoas que apresentem dificuldades relacionadas a disfunções, limitações e deficiências, particularmente surdez, cegueira, surdo-cegueira ou distúrbios acentuados de linguagem, ou até mesmo empecilhos de adaptações às regras ou complicação para compreenderem regras e códigos de uso corrente.
  - C) toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
  - D) toda forma de distinção, restrição ou inclusão por ação ou omissão, que tenha o propósito de impedir o atendimento escolar, seja na educação regular ou de jovens e adultos, a pessoas com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento que impossibilite a garantia da atenção integral ou anule reconhecimento de liberdades em função da condição apresentada.